

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

O agrupamento das pessoas em classes sociais não é, ao contrário do que alguns pensam, "apenas uma decisão técnica como outra qualquer". Como tudo no estudo da desigualdade, esse agrupamento reflete decisões políticas, ainda que elas não sejam explícitas. E não é sem razão: a escolha da identificação de classes de uma forma específica tem implicações concretas. O problema não está apenas na terminologia usada, está também na forma como as classes são definidas.

Quem não consegue entender isso pode fazer um exercício simples: identifique pobres como uma classe; considere que quase todo mundo queira erradicar a pobreza; que quase todo mundo queira saber melhor o que é preciso para tanto; defina como pobre 0,1% da população; nesse caso, que medida erradicaria a pobreza? Caridade privada seria suficiente; agora defina como pobre 99,9% da população. A medida recomendada seria uma revolução.

Conclui-se desse exercício que a forma como pesquisas dividem a sociedade em classes tem implicações práticas, pois pesquisa em desigualdade é usada para definir políticas. Quando se coloca uma pessoa numa classe, a tendência é que essa pessoa passe a ser vista como todas as demais pessoas que estão naquela classe e, em alguns casos, passe a ser tratada do mesmo modo pelas políticas.

Qual é a diferença substantiva entre uma pessoa um centavo abaixo da linha de renda que define os benefícios de assistência social e outra um centavo acima? Em renda, irrelevante, mas a classificação elegível e não elegível tem impactos concretos na vida das pessoas. Elas passam ou não pelo buraco da agulha dos critérios de elegibilidade de programas sociais. Alguns programas chegam a ser desenhados com base em classes, por isso o assunto não é apenas um detalhe acadêmico.

Marcelo Medeiros. *Os ricos e os pobres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

- 1 Quanto à tipologia, o texto classifica-se como injuntivo, pois instrui o leitor a realizar pesquisa sobre as diversas implicações do agrupamento de pessoas em classes sociais.
- 2 Infere-se do texto que o agrupamento de pessoas em classes sociais não é útil para a sociedade, pois resulta em políticas públicas injustas.

- 3 No trecho "Em renda, irrelevante" (segundo período do último parágrafo), a vírgula é empregada para indicar uma elipse.
- 4 O uso das aspas no primeiro parágrafo indica um afastamento do autor da ideia transmitida no trecho por elas delimitado.
- 5 Segundo o autor do texto, o principal problema das classificações sociais reside na terminologia utilizada, que não é suficientemente precisa para refletir a realidade social.
- 6 Estariam preservados a correção gramatical e o sentido original do primeiro período do último parágrafo caso o trecho "que define os benefícios de assistência social" fosse isolado entre vírgulas.
- 7 O pronome "isso" (primeiro período do segundo parágrafo) retoma o vocábulo "terminologia" (último período do primeiro parágrafo).
- 8 No período "O problema não está apenas na terminologia usada, está também na forma como as classes são definidas." (final do primeiro parágrafo), a substituição da segunda ocorrência da forma verbal "está" por **mas** alteraria o sentido estabelecido na coordenação das duas primeiras orações — o sentido de adição passaria a oposição.
- 9 No trecho "esse agrupamento reflete decisões políticas, ainda que elas não sejam explícitas" (primeiro parágrafo), a substituição de "ainda que" por **conquanto** manteria as relações sintáticas e semânticas estabelecidas originalmente.
- 10 As palavras "explícitas" e "técnica" seguem a mesma regra de acentuação gráfica.
- 11 No trecho "Elas passam ou não pelo buraco da agulha dos critérios de elegibilidade de programas sociais" (último parágrafo), o autor do texto faz referência à rigidez e à estreiteza dos critérios de acesso a programas sociais.

Espaço livre

O crescimento das casas de apostas *online* no Brasil impacta diretamente o consumo e a renda das famílias brasileiras. A facilidade de acesso e a promessa de ganhos rápidos atraem um número crescente de brasileiros, que, de acordo com um levantamento de uma instituição bancária, já gastaram cerca de 68 bilhões em jogos virtuais. Na mesma pesquisa, estima-se que 0,22% do PIB tenha sido destinado a apostas *online* nos últimos 12 meses. Esse avanço demonstra que, à medida que as *bets* disputam espaços com outras formas de consumo, a renda disponível para educação, saúde e lazer torna-se cada vez mais comprimida.

Os impactos são mais sentidos nas classes sociais mais desfavorecidas. O tipo de jogo conhecido como *bet*, acessível por aparelhos celulares, tem seu nicho de exploração entre os mais pobres, pela facilidade de acesso e ausência de empecilhos legais e burocráticos de controle. Esse apostador contumaz, geralmente das classes mais desfavorecidas, tende a encarar a aposta como investimento e acredita que, "investindo" pouco dinheiro, pode multiplicá-lo. Quando essa perspectiva se associa a um comportamento compulsivo, ela se torna a fórmula perfeita para o vício e o comprometimento da renda familiar.

Esse cenário afeta não apenas a situação financeira das famílias, mas também a saúde mental dos envolvidos. O ciclo vicioso de apostas pode levar ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade, frustração e desesperança, à medida que as perdas se acumulam e as promessas de ganhos nunca se concretizam. De acordo com pesquisa do Instituto Locomotiva, 51% dos brasileiros que apostam sentem aumento de sintomas de ansiedade. Além disso, a pesquisa revela que 42% desse público usa esse vício como uma fuga ilusória das dificuldades cotidianas, mas, ao invés de aliviar o estresse, aprofunda-o com sensações de impotência e isolamento.

Internet: <www.uff.br> (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 12 No trecho "O crescimento das casas de apostas *online* no Brasil impacta diretamente o consumo e a renda das famílias brasileiras" (primeiro parágrafo), o segmento "o consumo e a renda" poderia ser corretamente reescrito como **no consumo e na renda**, pois, de acordo com a norma padrão, a regência do verbo **impactar** é variável.
- 13 No trecho "Esse apostador contumaz, geralmente das classes mais desfavorecidas, tende a encarar a aposta como investimento" (segundo parágrafo), o vocábulo "contumaz" poderia ser substituído, sem prejuízo da correção e da coerência das ideias do texto, por **incorrigível**.
- 14 O trecho "O ciclo vicioso de apostas pode levar ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade, frustração e desesperança" (último parágrafo) poderia ser reescrito, preservadas a correção gramatical e a coerência textual, da seguinte forma: **O ciclo vicioso de apostas pode levar à sintomas de ansiedade, frustração e desesperança**.

- 15 Estariam preservados os sentidos do texto e sua correção gramatical caso o último período do segundo parágrafo fosse assim reescrito: **Essa perspectiva, associada a um comportamento compulsivo, se torna a fórmula perfeita para o vício e o comprometimento da renda familiar**.
- 16 No segundo parágrafo, o segmento "pela facilidade de acesso e ausência de empecilhos legais e burocráticos de controle" expressa causa.
- 17 O pronome "o", em "aprofunda-o com sensações de impotência e isolamento" (final do último parágrafo), retoma o substantivo "vício".
- 18 No trecho "estima-se que 0,22% do PIB tenha sido destinado a apostas *online*" (primeiro parágrafo), o emprego da partícula "se" indica que o sujeito da primeira oração se classifica como indeterminado.
- 19 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal "gastaram" (segundo período do primeiro parágrafo) fosse flexionada na terceira pessoa do singular — **gastou**.
- 20 Na oração "A facilidade de acesso e a promessa de ganhos rápidos atraem um número crescente de brasileiros" (primeiro parágrafo), não haveria prejuízo da correção gramatical se o verbo fosse flexionado na terceira pessoa do singular, pois, nesse caso, como o sujeito é composto, a concordância pode ser feita com o núcleo do sujeito mais próximo, de acordo com a norma padrão.

Julgue os itens que se seguem, relativos à ética e aos princípios e valores corporativos.

- 21 Uma liderança organizacional pratica o valor da transparência radical ao omitir dos colaboradores os dados sobre crise financeira iminente, sob a justificativa de que o sigilo evita o pânico e mantém o foco na produtividade.
- 22 Um comitê de *compliance* age de forma ética ao punir rigorosamente diretor que tenha fraudado relatório financeiro, ainda que a fraude tenha evitado a demissão imediata de centenas de colaboradores da organização.

Com base nas disposições do Código de Ética e de Conduta da FUNPRES-P-JUD, julgue os itens subsecutivos.

- 23 O colaborador da FUNPRES-P-JUD pode aceitar gestos de cortesia como brindes ou convites de organizações interessadas nos negócios da fundação, contanto que o valor desses gestos de cortesia não ultrapasse meio salário mínimo.
- 24 A proibição do uso de informação privilegiada pelos colaboradores da FUNPRES-P-JUD está condicionada à ocorrência de efetivo prejuízo financeiro ou patrimonial para a fundação.

No que concerne à Política de Integridade e ao Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD, julgue os itens a seguir.

- 25** O Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD define-se normativamente como a adesão institucional contínua e o alinhamento consistente aos valores, aos princípios e às normas de alto padrão ético que norteiam o propósito da fundação.
- 26** O Comitê de Riscos e Integridade da FUNPRESP-JUD, órgão de assessoramento temático à governança, é responsável pela fiscalização e pelo monitoramento da implementação do Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD.
- 27** O Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD, cujo caráter é essencialmente preventivo, tem o objetivo de identificar e gerir os riscos de integridade inerentes à fundação.

Com base nos preceitos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os itens que se seguem.

- 28** A implementação de programa de governança em privacidade deve adaptar-se à sensibilidade dos dados tratados, independentemente da estrutura, da escala e do volume das operações.
- 29** A disciplina legal relativa à proteção de dados pessoais fundamenta-se no respeito à privacidade, na autodeterminação informativa e na defesa do consumidor.
- 30** O dado pessoal qualifica-se formalmente, conforme o ordenamento jurídico, como qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou puramente identificável.

No que diz respeito às funcionalidades do Windows e ao uso de editores de texto, planilhas eletrônicas e programas de apresentação do Microsoft Office, julgue os itens seguintes.

- 31** No Microsoft 365, os recursos de salvamento automático e colaboração em tempo real do Word, do Excel e do PowerPoint independem do armazenamento do arquivo em serviço de nuvem, visto que a instalação local desses aplicativos dispensa o uso do OneDrive para a criação e a edição de arquivos.
- 32** Ao oferecer interfaces padronizadas para acesso a arquivos, configurações e aplicativos, o Windows atua como camada de abstração entre o usuário, os programas de aplicação e os recursos físicos do computador, o que reduz a necessidade de interação direta com detalhes do *hardware*.

Considerando os conceitos de funcionamento das redes de computadores, julgue os itens que se seguem.

- 33** No Outlook, as regras de caixa de entrada podem organizar mensagens recebidas conforme condições definidas pelo usuário, entretanto não podem ser usadas para responder automaticamente a *emails*, pois atuam apenas após o recebimento das mensagens.
- 34** Programas de navegação, como Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome, permitem o acesso a páginas da Web por endereços informados pelo usuário e apresentam o conteúdo recebido, sem que se confundam com os servidores que hospedam essas páginas.

Julgue os itens a seguir, referentes a redes de computadores.

- 35** Nas redes sociais, quando a opção de ordenação cronológica do *feed* é selecionada, deixa de haver filtragem algorítmica relevante, ficando afastada a possibilidade de reforço de bolhas informacionais.
- 36** Ao utilizar o operador de busca avançada *site:* antes de um domínio, como em *site:gov.br* segurança da informação, o mecanismo de busca interpreta a instrução como exclusão do domínio informado, retornando páginas externas a ele.

Julgue os itens seguintes, a respeito de segurança da informação e mecanismos de proteção utilizados em ambientes computacionais.

- 37** Diferentemente dos vírus, *worms* podem propagar-se automaticamente em redes de computadores por meio da exploração de vulnerabilidades existentes nos programas dos computadores, o que pode degradar o desempenho de equipamentos e serviços de rede.
- 38** Alguns códigos maliciosos são capazes de armazenar informações digitadas pelo usuário, gravar posições clicadas pelo mouse na tela e até espionar o teclado por meio de *webcam* caso ela esteja apontada para ele.

Julgue os seguintes itens, relativos a procedimentos de *backup* e armazenamento de dados em nuvem.

- 39** Em razão de sua escalabilidade praticamente ilimitada, o armazenamento de arquivos consiste na arquitetura de armazenamento mais indicada para grandes volumes de dados não estruturados.
- 40** No *backup* incremental, copiam-se todos os dados alterados desde o último *backup* completo realizado.

Acerca dos regimes de previdência previstos no ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 41** Nos entes federativos que mantenham regime próprio de previdência social (RPPS), a organização desse regime deve observar, entre outros aspectos, sua destinação aos servidores titulares de cargos efetivos e a vedação de existência de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.
- 42** O agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração vincula-se ao regime geral de previdência social (RGPS), e não a regime próprio de previdência social (RPPS).

Em relação à previdência complementar no Brasil, especialmente no que se refere ao seu regramento constitucional, aos órgãos regulador, fiscalizador e supervisor e às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens que se seguem.

- 43** O acesso às EFPC depende de vínculo empregatício, funcional, associativo ou institucional com o ente patrocinador ou instituidor da entidade.
- 44** No segmento fechado de previdência complementar, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) exerce a função de órgão regulador do regime, ao passo que o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) atua como autarquia responsável pela fiscalização e supervisão das EFPC.

Com base nas Leis Complementares n.º 108/2001 e n.º 109/2001, que disciplinam o regime de previdência complementar e a relação entre entes públicos patrocinadores e suas EFPC, julgue o item a seguir.

- 45** Nos planos de benefícios de entidades fechadas, a portabilidade do direito acumulado pode ocorrer mesmo sem a cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador, e os recursos financeiros portados podem transitar diretamente pela conta bancária do participante.

À luz do disposto no Estatuto Social da FUNPRESP-JUD, julgue os próximos itens.

- 46** A aplicação do patrimônio dos planos de benefícios da FUNPRESP-JUD deve ser realizada de acordo com a legislação pertinente, as políticas aprovadas pelo conselho deliberativo e as condições de segurança, rentabilidade, liquidez, transparência e solvência compatíveis com os compromissos dos planos de benefícios.
- 47** Os patrimônios dos planos de benefícios administrados pela FUNPRESP-JUD são comunicáveis entre si, podendo as reservas de um plano ser utilizadas para cobrir insuficiências de outro, desde que mediante autorização da diretoria-executiva da fundação.

A respeito do Plano JusMP-Prev, administrado pela FUNPRESP-JUD, julgue o seguinte item.

- 48** De acordo com o Regulamento do Plano JusMP-Prev, o assistido é o participante ou o beneficiário que esteja em gozo de benefício de prestação continuada.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com o disposto na Resolução PREVIC n.º 23/2023.

- 49** A Diretoria de Normas da PREVIC deve publicar, até 30 de junho de cada exercício, a fórmula de cálculo utilizada para a definição dos fatores de porte e de complexidade, bem como a relação de entidades enquadradas em cada segmento para o exercício social seguinte, utilizando, para fins de enquadramento, as informações das EFPC relativas ao mês de dezembro do exercício anterior.
- 50** A diretoria-executiva é o órgão de administração e gestão da EFPC, incumbido de executar as diretrizes e a política de administração estabelecidas pelo conselho deliberativo, observando práticas de governança, gestão e controles internos compatíveis com o porte, a complexidade e os riscos dos planos administrados.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens que se seguem, relativos a princípios e convenções contábeis aplicáveis à contabilidade brasileira.

- 51 A aplicação do princípio contábil da continuidade exige a avaliação, pelos responsáveis pela gestão da entidade, de um período mínimo de um ano após o encerramento do balanço patrimonial.
- 52 Por implicar a subavaliação dos ativos e receitas e a sobrevalorização dos passivos e despesas, a convenção do conservadorismo deixou de ser aplicável.
- 53 Nas demonstrações contábeis, os ativos físicos devem ser apresentados separadamente, de acordo com sua natureza ou função, ainda que sejam imateriais.
- 54 O princípio da competência é aplicável à elaboração de todas as demonstrações contábeis, exceto à demonstração dos fluxos de caixa.

Em relação à contabilidade aplicada às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens seguintes.

- 55 A apuração do resultado do plano de benefícios é imediatamente sucedida pela precificação dos recursos garantidores desse plano.
- 56 As despesas de fomento e inovação devem ser apresentadas, na demonstração do plano de gestão administrativa, em rubrica única para todos os fundos.
- 57 Os patrimônios dos planos de benefícios da EFPC não se confundem entre si nem com o patrimônio do plano de gestão administrativa.
- 58 O item 3 da demonstração de mutações do patrimônio social — acréscimos/decrécimos — deve ser evidenciado sem os efeitos relativos a operações transitórias.
- 59 A planificação contábil padrão das EFPC poderá, em situações especiais, ser ajustada por cada entidade de acordo com sua necessidade.
- 60 O regime de competência rege os registros contábeis tanto de despesas quanto de receitas, ressalvadas algumas situações especiais.

No que se refere aos principais registros de mutações patrimoniais aplicadas às EFPC, julgue os itens subsequentes.

- 61 O registro de contingências associadas aos investimentos da entidade se realiza a crédito do grupo de resultados 5.03.00.00.00.00 — constituições/reversões de contingências, em contrapartida à adequada conta patrimonial passiva.
- 62 Toda valorização de um investimento é contabilmente reconhecida por meio de débito em conta adequada do grupo patrimonial 1.02.03.00.00.00 — investimentos, em contrapartida à respectiva conta do grupo de resultados 5.01.00.00.00.00 — rendas/variações positivas.
- 63 O reconhecimento da contribuição de participante autopatrocinado pode ser efetuado diretamente contra a respectiva conta de resultado credora.
- 64 Lançamentos a crédito em rubricas do grupo 1.02.01.01.01.00.00 — gestão previdencial/recursos a receber/contribuições do mês implicam, como regra, reversão de adição ao resultado previdencial.
- 65 Um crédito em rubrica do grupo patrimonial 1.02.02.01.00.00.00 — gestão administrativa/contas a receber resulta em mutação patrimonial decrescente.
- 66 A baixa de uma perda de crédito da gestão administrativa na adequada conta patrimonial ativa é incapaz de provocar qualquer mutação patrimonial crescente ou decrescente.

Julgue os itens a seguir, referentes à reavaliação de ativos em EFPC.

- 67 Ajuste de precificação é o procedimento de reavaliação aplicável aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.
- 68 Os bens imobilizados devem ser depreciados pelo método das cotas constantes, vedado qualquer outro procedimento.
- 69 O valor dos investimentos imobiliários pode ser reavaliado de forma positiva ou negativa, sendo o produto desse procedimento registrado contabilmente em até 180 dias da emissão do laudo de reavaliação apropriado.
- 70 As perdas prováveis em ativos financeiros devem ser contabilizadas a débito de conta de dedução/variação negativa, em contrapartida à conta redutora do grupo patrimonial correspondente.

No que concerne à consolidação de demonstrações financeiras aplicadas às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens subsequentes.

- 71 A mutação do patrimônio social consolidada demonstra a variação do patrimônio social apresentado no balanço patrimonial consolidado.
- 72 Considerando-se que as tabelas a seguir ilustrem os valores, em milhares de reais, do balanço patrimonial consolidado de uma EFPC, é correto inferir que o valor da conta gestão previdencial dessa entidade é de R\$ 10 mil.

ativo	x1	x0
realizável	R\$ 213	R\$ 198
imobilizado	R\$ 2	R\$ 2
total	R\$ 215	R\$ 200

passivo	x1	x0
exigível operacional	R\$ 1	R\$ 0
exigível contingencial	R\$ 10	R\$ 10
patrimônio social	R\$ 204	R\$ 190
total	R\$ 215	R\$ 200

- 73 O balanço patrimonial consolidado das EFPC deve apresentar, de forma comparativa, os demonstrativos do exercício anterior.
- 74 As contas patrimoniais do passivo de uma EFPC representam a consolidação dos patrimônios de todos os planos de benefícios e do plano de gestão administrativa (PGA), que é demonstrado por gestão previdencial, investimento e administrativo.
- 75 No ativo, para não ocorrer duplicidade de valores, são zeradas as contas de participação no fundo administrativo e as contas a pagar de custeio administrativo pelo balancete auxiliar de operações comuns.

Acerca das transações com partes relacionadas no contexto da contabilidade societária, julgue os itens subsequentes.

- 76** O fornecimento de garantia, avais ou fianças é considerado um exemplo de transação entre partes relacionadas.
- 77** Uma entidade é considerada relacionada com a entidade que reporta a informação caso ambas estejam sob o controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira entidade.
- 78** Para o processo de tomada de decisão, é importante a divulgação de informações sobre saldos e transações entre partes relacionadas, mas não sobre o relacionamento existente entre essas partes, que deve ser desconsiderado em tal processo.
- 79** Entre os tomadores de decisões, o credor e o acionista não controlador são usuários interessados nas informações sobre partes relacionadas.
- 80** As entidades devem excluir de suas demonstrações contábeis as divulgações que evidenciem a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado tenham sido afetados pela existência de relacionamentos, transações e saldos com partes relacionadas.
- 81** De acordo com os critérios do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o familiar próximo de pessoa que tenha controle pleno ou compartilhado de entidade que reporta informação não é considerado parte relacionada a essa entidade.

A respeito de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, julgue os itens a seguir.

- 82** Eventos futuros esperados podem ser particularmente importantes na mensuração de provisões de uma EFPC.
- 83** Em uma EFPC, as provisões contingenciais podem ser divididas em provisões contingenciais previdenciais e provisões contingenciais de investimento.
- 84** O uso de estimativas é parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis de uma EFPC, sobretudo para os planos de benefícios em que o uso de estimativas representa a maior parte do passivo.
- 85** Nas EFPC, demandas judiciais, como a revisão de benefícios, podem implicar aumento do ativo atuarial.

Em relação ao plano de gestão administrativa (PGA) das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e à planificação contábil aplicada às referidas entidades, julgue os itens que se seguem.

- 86** O balancete de cada plano de benefício de caráter previdencial deve evidenciar, em conta de passivo, a parcela equivalente à sua participação no PGA.
- 87** Por meio da planificação contábil analítica, estabeleceu-se que as contas de ativo e de passivo das EFPC devem ser segregadas nos seguintes blocos: gestão previdencial, gestão administrativa e investimentos.
- 88** Uma das fontes de custeio para a cobertura das despesas da gestão administrativa dos planos de benefícios operados pelas EFPC é a taxa de administração, definida como o percentual incidente sobre a soma das contribuições dos participantes e assistidos, das contribuições dos patrocinadores e instituidores e dos benefícios dos assistidos, cujo valor é transferido ao PGA.
- 89** As EFPC devem elaborar estudo de viabilidade econômica com vistas a demonstrar a forma como se dará o financiamento dos planos de benefícios de caráter previdencial que apresentem fundo administrativo a descoberto.
- 90** Constitui ação voltada à estrutura analítica da planificação contábil a agregação das contas do ativo nos grupamentos de contas disponível, realizável, e imobilizado e intangível.

Julgue os itens a seguir, relacionados a apuração dos fluxos de investimentos, apuração do resultado da gestão previdencial, apuração do resultado da gestão administrativa e constituição de reservas matemáticas e fundos previdenciais e administrativos.

- 91** Se, na apuração do resultado da gestão administrativa, for comprovado que as despesas apresentaram valores superiores às receitas, é permitida às EFPC a utilização de recursos dos fundos administrativos para fins de equacionamento do déficit.
- 92** As provisões matemáticas compõem o patrimônio de cobertura dos planos, devendo ser apresentadas no balanço patrimonial consolidado das EFPC no grupamento de contas denominado patrimônio social.
- 93** Os gastos com consultorias especializadas na recuperação de perdas com investimentos devem ser tratados como despesas diretas dos investimentos, com impacto negativo na apuração do fluxo de investimentos do plano.
- 94** As despesas administrativas relacionadas às atividades de cadastro, arrecadação, registro contábil e controle das contribuições não afetam a apuração do resultado da gestão previdencial.
- 95** Os aportes dos patrocinadores e instituidores devem ser desconsiderados na apuração do resultado da gestão administrativa de uma EFPC.
- 96** Os recursos que compõem os fundos administrativos constituídos com o objetivo de custear a estrutura, a operação e a manutenção das atividades de uma EFPC devem ser classificados no exigível operacional do balanço patrimonial consolidado da entidade.

No que se refere às demonstrações contábeis das EFPC, julgue os próximos itens.

- 97** Na demonstração da mutação do patrimônio social, as reversões de contingências relacionadas à gestão administrativa devem ser apresentadas como deduções do patrimônio social.
- 98** Uma informação que deve ser contemplada na demonstração de provisões técnicas (DPT) por planos de benefícios é o equilíbrio técnico, que evidencia o resultado atuarial, indicando se o plano de benefícios apresenta superávit ou déficit.
- 99** O balanço consolidado de uma EFPC é a combinação, em único relatório contábil, do patrimônio dos planos de benefícios e do PGA da entidade.
- 100** Devem ser objeto de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis das EFPC as operações realizadas com patrocinador, com a indicação do grau de dependência de cada plano de benefícios em relação a seus respectivos patrocinadores.
- 101** O balancete do PGA é um demonstrativo contábil que se destina ao registro do patrimônio e dos resultados do plano.
- 102** Na demonstração do ativo líquido (DAL) por plano de benefícios, os saldos dos recursos dos fundos previdenciais devem ser excluídos dos saldos dos grupos de contas do ativo para fins de apuração do valor do ativo líquido.
- 103** Devem ser apresentadas como exigíveis operacionais no balanço patrimonial as reclamações que, provenientes de participantes dos planos de benefícios de caráter previdencial administrados pelas EFPC, digam respeito a valores, prazos e metodologia de cálculos dos benefícios previdenciários e que venham a ser reconhecidas contabilmente pelas referidas entidades.

Com relação à tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, julgue os itens a seguir, à luz da Lei n.º 11.053/2004.

- 104** A opção pelo regime de tributação regressiva do imposto de renda deve ser exercida no momento de formalização do ingresso do participante no plano de benefícios.
- 105** Desde 1.º de janeiro de 2005, os participantes de planos de benefícios de caráter previdenciário estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável que não optaram pela tributação regressiva do imposto de renda estão sujeitos à alíquota fixa de 15% do tributo na fonte, em caráter definitivo.
- 106** Suponha que um participante ingressante a partir de janeiro de 2005 e optante pelo regime regressivo de tributação realize a portabilidade entre planos de benefícios de caráter previdenciário. Nesse caso, a contagem do prazo de acumulação, para fins de aplicação da regressividade do imposto de renda, será reiniciada.

A respeito das regras contábeis a serem observadas pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens seguintes, de acordo com a Resolução PREVIC n.º 23/2023.

- 107** A contabilização da amortização do intangível e da depreciação do imobilizado depende da existência de resultado superavitário registrado no âmbito do plano de gestão administrativa (PGA).
- 108** No registro contábil das operações com derivativos, as EFPC devem registrar a diferença apurada entre o valor contábil e o respectivo valor de mercado, admitida a compensação de receitas com despesas em contratos distintos.
- 109** Nos procedimentos contábeis, as EFPC devem considerar como gestão administrativa a atividade de registro e de controle inerente à administração dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial.
- 110** É vedado às EFPC receber adiantamento de contribuições de patrocinador para suportar gastos de operação no início de seu funcionamento.
- 111** No registro contábil das operações com ativos de renda fixa, as EFPC devem contabilizar a aquisição de ativos pelo valor efetivamente desembolsado, sendo o ágio ou o deságio evidenciado em controles auxiliares.

Considerando os procedimentos contábeis das EFPC previstos na Resolução CNPC n.º 37/2020, julgue os itens subsecutivos.

- 112** Admite-se a reversão das perdas de caráter permanente com títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento quando verificado motivo justificado subsequente à data do seu reconhecimento, estando essas perdas limitadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos.
- 113** É vedada a reclassificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação.
- 114** Títulos e valores mobiliários que apresentarem elevação de risco ou probabilidade de perda devem ser reclassificados para a categoria títulos para negociação.

Com base nas normas relativas aos procedimentos contábeis das EFPC previstas na Instrução PREVIC n.º 31/2020, julgue os itens a seguir.

- 115** No caso de apresentarem fundo administrativo a descoberto, isto é, saldo negativo, as EFPC devem elaborar estudo de viabilidade econômica para demonstrar a forma de financiamento do plano de benefícios.
- 116** A parcela correspondente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo constituído com a finalidade de destinação para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar deve ser registrada na conta contábil do passivo denominada participação no fundo administrativo do PGA.
- 117** Os saldos dos depósitos judiciais devem ser atualizados quando da emissão do respectivo alvará de levantamento judicial expedido em favor da EFPC, com o correspondente lançamento contábil a ser realizado em contrapartida à conta de resultado do período.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade ITG/CFC n.º 2.001/2022, julgue os próximos itens.

- 118** As informações extracontábeis de plano de benefícios de caráter previdencial de investimentos e de passivo atuarial devem ser enviadas mensalmente, juntamente aos balancetes contábeis do período.
- 119** No âmbito das definições contábeis aplicáveis às EFPC, os dispêndios relativos a amortização de ativos e depreciações patrimoniais são qualificados como despesas administrativas, que devem ser registradas no PGA.
- 120** A demonstração do plano de gestão administrativa (DPGA) por plano de benefícios é de elaboração obrigatória e deve incluir, em sua estrutura, os itens relativos às despesas com fomento.

Espaço livre